

A FORMAÇÃO DO PESQUISADOR EM LITERATURA: PROPOSIÇÃO DE UM ITINERÁRIO¹

Roberto Acízelo de SOUZA
(UERJ / CNPq / FAPERJ)

RESUMO: Para a formação do especialista em estudos literários sugere-se um itinerário que comporte a aquisição das seguintes competências: conhecimento de teoria da literatura; domínio da história literária de pelo menos uma nação ou comunidade linguística; estudo das bases conceituais de uma ciência social (história, sociologia, psicanálise ou antropologia); estudos sistemáticos de filosofia; conhecimentos de metodologia da pesquisa; proficiência na expressão escrita; bom conhecimento geral das letras (línguas, linguística, filologia, teoria da literatura).

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da literatura; filologia; linguística.

ABSTRACT: In order to develop a career of scholarly labor in literary studies we suggest a schedule intended to provide the following intellectual skills: mastery of literary theory and of literary history of at least one nation or linguistic community; general notion of the conceptual framework of a social science (History, Sociology, Psychoanalysis, Anthropology); methodical studies on Philosophy; basic notions of research methodology;

¹ Trabalho apresentado nas seguintes reuniões acadêmicas: I Seminário de Pesquisa em Literatura e Criação Literária do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Estadual de Montes Claros (2009); Seminário do Núcleo de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (2011); Aula magna do mestrado em Letras (*campus* Três Lagoas) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2011); VIII Seminário de Pesquisas em Andamento do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal do Pará (2011); VI Seminário de Pesquisa em Literatura do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Uberlândia (2012); VIII Selisigno e IX Simpósio de Literatura da Universidade Estadual de Londrina (2012); II Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (2012); XII Semana de Letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (2012).

proficiency in written composition; general knowledge on topics like Languages, Linguistics, Philology, Theory of Literature.

KEYWORDS: Theory of literature; philology; linguistics.

1

Tentando atender ao espírito deste Encontro Acadêmico, e particularmente procurando corresponder ao que se espera da minha contribuição específica nos trabalhos que ora iniciamos, vou falar sobre os requisitos que, a meu juízo, devem ser preenchidos por quem se proponha tornar-se um especialista universitário no campo dos estudos literários. Não tenho, porém, a pretensão descabida de apontar o caminho das pedras ou de dar o pulo do gato. Tudo o que vou dizer deriva da minha própria experiência, e portanto trata-se não só de um ponto de vista muito particular, mas também bastante discutível, até porque — devo começar confessando — eu próprio tenho dúvidas sobre a adequação de alguns dos meios e estratégias que sugiro para obtenção da competência em causa. Apesar disso, no entanto, se não posso ter certeza absoluta na eficácia plena das proposições que se seguem, caso tivesse de iniciar agora a minha própria formação, daria tranquilamente crédito ao mapa da mina que a seguir vou esboçar, pouco mais ou menos, aliás, coincidente com o que me vem guiando até o momento nos caminhos da profissão. Começemos então.

2

No Brasil, como todos sabemos, desde a década de 1970 a formação do especialista em estudos literários culmina com o doutorado. Para a admissão nesse nível, segundo é notório, nossos programas de pós-graduação costumam ser bastante liberais. O candidato pode ter feito graduação e mestrado nas mais diversas áreas — e não necessariamente em letras —, que isso não será

obstáculo para o seu acolhimento num curso de doutorado em letras.² Pelo contrário, tenho observado que em alguns programas: uma origem acadêmica extraletas é até vista com muito bons olhos, à medida que representaria prova concreta do caráter inter-trans- ou multidisciplinar do programa em questão, virtude tida por indiscutível.

De minha parte, no entanto, como acredito que o domínio de uma disciplina é condição lógica para se transcender as suas fronteiras, julgo oportuno um movimento na contramão da onda, advogando a restauração da dignidade da disciplina. Assim, recomendaria enfaticamente que os aspirantes ao exercício profissional de alto nível no campo dos estudos literários comessem fazendo graduação em letras. Se, contudo, graduados em outra área, já tiverem tido acesso ao mestrado ou ao doutorado, aí, nos casos de impossibilidade prática de retroceder à graduação, sugiro um de dois caminhos, ou a conjugação de ambos: com a ajuda do orientador, organizem um programa de estudos autodidáticos das matérias básicas do currículo de graduação em letras, coisa para no mínimo dois anos; mesmo não sendo obrigatório, inscrevam-se nas disciplinas fundamentais da graduação em letras da sua universidade, cursando-as como se fossem alunos regulares, concomitantemente com as disciplinas dos seus respectivos currículos de pós-graduação.

Como se vê, estou enfatizando a importância da formação básica em letras, mas não posso deixar de fazer uma referência que contraria profundamente o meu próprio argumento. Tenho lembrança de ter lido em algum texto do professor Antonio Candido (peço desculpas por não ter conseguido encontrar a fonte,

² Cabe aqui chamar a atenção para uma contradição do nosso sistema universitário: se em geral a graduação em letras não vem constituindo requisito para cursar o doutorado na área, muitas vezes os concursos públicos para as faculdades de letras exigem dos candidatos que sejam graduados em letras. Assim, não é raro, por exemplo, que um doutor em literatura comparada que tenha graduação em história se veja impedido de prestar concurso para uma vaga como professor universitário de literatura.

para a devida menção), se é que não ouvi do próprio professor Candido em relato oral, que Mário de Andrade o aconselhara a fazer ciências sociais, e não letras, curso onde só aprenderia gramática e história literária.

Partindo de quem partiu, o conselho é naturalmente respeitável. Mas poderíamos, com base no episódio, não obstante sua apresentação assim tão elíptica e descontextualizada, tentar adivinhar motivações: era a década de 1930, e Mário, então ainda um entusiasta do modernismo, não podia ter em boa conta o conservadorismo dos professores universitários de letras da época; de modo que talvez não se tratasse de uma desqualificação essencial da área, mas antes de condenar-lhe um descaminho localizado e acidental. Sim, pode ser isso, mas eu ousaria fazer uma ponderação mais decisiva: se alguém lograr aprender *só* gramática e história literária — saberes que seria muito estranho se jogássemos assim sem mais nem menos na lata de lixo —, já terá justificado plenamente seus esforços como estudante de graduação.³

3

Na graduação em letras será necessário então adquirir e consolidar certas competências. Entendo que gramática, *latissimo sensu*, constitui o centro de todas elas. Por essa via, o estudante há de desenvolver um senso profundo da linguagem em geral, e em particular da língua, a sua própria e algumas estrangeiras, além das clássicas, naturalmente.

Assim sendo, no nosso caso de brasileiros, é imprescindível que nos dediquemos a estudar a nossa amada língua portuguesa.

³ Pode parecer que vai aqui — bem como em outros pontos da exposição — uma espécie de ode às faculdades de letras, o que seria altamente reprovável, quer pela ingenuidade do juízo, quer por sua motivação, que só poderia ser corporativa. Apresso-me pois em desfazer a possível impressão: refiro-me ao modelo institucional “faculdade de letras”, não a suas precárias realizações País afora, cheias de carências de toda a ordem.

É indispensável conhecê-la bem, tanto a sua história quanto seus diversos níveis estruturais, da fonologia à semântica, passando pela morfologia e pela sintaxe.

Quanto aos outros idiomas, *it goes without saying* que precisaremos do inglês, e de pelo menos mais um, considerando que a legislação nacional em vigor prescreve o conhecimento de no mínimo: duas línguas estrangeiras para se cursar o doutorado. Aproveitemos então a facilidade de acesso às línguas neolatinas oferecida pela nossa condição de lusófonos, instruindo-nos em francês e se possível em italiano, já que, *por supuesto*, a familiaridade com o espanhol é nossa obrigação evidente e preliminar. Por fim, se dispusermos de meios, é claro que não há nenhuma contraindicação em se estudar alemão e russo, ou ainda outra língua qualquer que por circunstâncias nos seja mais acessível — em função de origens familiares, por exemplo —, mesmo que se trate de idioma não ocidental ou sem serventia instrumental imediata para nós.

Por fim, é preciso um *minimum minimorum* de latim, meta de resto não tão problemática para nós, não fôssemos afinal latinos, e também, se possível, um tantinho de grego, mesmo que nada além de um verniz, que nos habilite, que mais não seja, a identificar os caracteres do alfabeto.

Mas não estou propondo, de modo algum, um programa para a formação de políglotas, o que demandaria a dedicação de uma vida inteira, e talvez dotes por demais restritos a alguns poucos indivíduos. Tudo isso, para quem se destina aos estudos literários, constitui — bem entendido — uma instrumentalização, e não um fim. Entendo desse modo que esse diversificado conhecimento de línguas se investe de duas funções no processo formativo de um especialista em literatura.

Em primeiro lugar, fornece-lhe uma base empírica preciosa e mesmo imprescindível para acompanhar as reflexões abstratizantes da linguística, disciplina-chave na formação em letras, por meio da qual será enfim possível construir o tal senso profundo da linguagem

a que antes me referi.⁴ E, se admitirmos que a literatura em boa medida consiste numa apropriação estilizante da língua, teremos então justificado o papel crucial desses fundamentos linguístico-gramaticais na preparação de um estudioso do objeto literário.

Em segundo lugar, e num plano pragmático, o domínio de línguas proporciona ao profissional ferramentas básicas de trabalho. Os idiomas clássicos o habilitam à decodificação de referências e alusões de vária ordem; os estrangeiros, em que ele não precisa necessariamente ser fluente falando e escrevendo, lhe permitem ampliar o campo das leituras, garantindo-lhe acesso menos restrito à bibliografia técnica de sua área, bem como a obras literárias sem a necessidade da intermediação de traduções; e o conhecimento amplo e consistente do vernáculo, por seu turno, lhe assegura maior acuidade para a percepção dos mais variados aspectos do fenômeno linguístico, em particular do texto, que assim ganha um relevo especial a seus olhos, tanto como objeto de suas análises, quanto como meio por excelência para a consolidação e apresentação dos produtos de suas investigações, descobertas e demonstrações.

4

Convenhamos então que, sendo naturalmente sob a forma de textos que o estudioso de literatura comunica os resultados de seus trabalhos, precisa ele escrever, o que, se não chega a ser uma singularidade de sua profissão, nela constitui um elemento central. É claro que em todas as especializações acadêmicas, e mesmo para a prática de ofícios não universitários, se requer “redação própria”, mas do especialista em literatura, sendo ele por definição o mais

⁴ Entendo por “senso profundo da linguagem” uma sensibilização especial para a língua tomada como construção. Trata-se por assim dizer de possuir tato para as frases, de percebê-las como objetos palpáveis. Penso aliás que certas orientações recentes da linguística, alheias à descrição de estruturas estáveis e interessadas na informalidade dos discursos, quando não voltadas para implicações biológicas do fenômeno linguístico, não se prestam ao desenvolvimento dessa faculdade.

afeito de todos ao trato com textos, espera-se mais aplicação nesse fundamento, pois afinal, nesse caso, convém que o hábito do cachimbo faça a boca torta: o contato hipercrítico com textos alheios há de render esmero autocrítico na elaboração dos próprios.

Para ele, por conseguinte, não se trata apenas de escrever dando para o gasto, mas de escrever conforme um padrão de exigência mais elevado. Ora, a graduação em letras, segundo o modo como procurei caracterizá-la anteriormente, dispõe de todas as condições para fornecer ambiência e estímulo para esse aprendizado. Será conveniente, contudo, que o estudioso de literatura em formação acione por conta próprio expedientes para explorar melhor esse potencial. Assim, embora via de regra as disciplinas regulares e os professores não o exijam, recomenda-se leitura atenta de bons manuais de redação, digamos que pelo menos uns dois, porquanto muito mais do que isso talvez implique magnificação indevida dos meios, em detrimento da atenção aos fins. No mesmo pacote, inclua-se um dos assim chamados “manuais de estilo” dos nossos grandes jornais, e estaremos desse modo equipados com um bom *kit* de sobrevivência para enfrentar a escrivania. Dedique pois o aspirante a especialista em literatura um tempo razoável à leitura atenta desses manuais, em geral compostos de uma série de conselhos e preceitos seguidos de inúmeros exercícios, que devem ser resolvidos com interesse e paciência. Isso certamente não será nada divertido, mas, da minha parte, tenho dificuldades para conceber caminhos menos tediosos para um aprimoramento sistemático da técnica de escrever.

Muitos colegas e alunos talvez estejam estranhando e reprovando o espaço que ora concedo a aspecto que ultimamente passa por miúdo e prosaico nos juízos sobre nossos desempenhos. Com efeito, por exemplo, é muito raro, nas defesas de dissertações e teses, que os comentários e arguições dos examinadores se atenham a problemas de redação, por mais evidentes e às vezes escandalosos que eles sejam. Eu diria que isso se tornou impertinência, quebra da etiqueta, falta de decoro, ou então sintoma de pobreza de espírito,

como se fosse indigno de uma inteligência superior reparar em coisinhas tão insignificantes.

Resisto, no entanto, a considerá-las insignificantes. Estou para ver um ensaio acadêmico de bom nível que não seja bem escrito.⁵ Por isso, proponho que se quebre esse estranho silêncio sobre tópico que me parece da maior relevância. Vamos assumir com humildade que essa competência básica deve ser sempre cobrada, e portanto ninguém na nossa corporação de ofício pode permitir-se não procurar escrever bem.⁶

5

Até aqui falei de dois itens do equipamento básico de que deve prover-se o estudioso de literatura: o conhecimento de línguas e o apuro na técnica de escrever. Passemos a um terceiro: a aquisição de uma metodologia.

Lembremos que nos anos de 1970, nos currículos de todas as áreas de ciências humanas, letras inclusive, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação esteve na moda uma disciplina universitária de rótulo variável conforme a preferência das instituições, mas que encontrava na expressão “metodologia científica” uma designação de convergência. Seu conteúdo se estendia desde a apresentação de certos procedimentos elementares — mas nem por isso sem importância — de pesquisa acadêmica, com ênfase na modalidade bibliográfica, até uma reflexão teórica sobre os seus fundamentos conceituais, alcançando assim o limiar da epistemologia e da filosofia da ciência. Graças a essa

⁵ Eis aí, contudo, um caso de condição necessária, mas não suficiente. Se o bom ensaio é sempre bem escrito, nem sempre o ensaio bem escrito é bom. Não é rara a combinação entre estilo satisfatório e debilidade conceitual.

⁶ Por mais impossível que seja um consenso sobre o que é concretamente “escrever bem”, não pode haver dúvidas acerca da universalidade desse atributo. Se escrevo profissionalmente, devo fazê-lo “bem”, independentemente das propriedades específicas encontráveis no meu texto.

disciplina, além da possibilidade de acesso a uma compreensão filosoficamente orientada do seu próprio labor intelectual, os alunos aprendiam a fazer levantamentos bibliográficos temáticos, a aplicar técnicas de estudo e leitura, a documentar seus estudos mediante fichamentos, a organizar fichários para arquivamento sistemático dessa documentação, instruindo-se também nas normas de apresentação de trabalhos acadêmicos em geral, desde pequenas monografias, resenhas e resenhas até dissertações de mestrado e teses de doutorado. Ou seja, a metodologia científica, sem falar na sua dimensão teórica e especulativa, cobria, no plano técnico, o longo circuito que se estende do início de uma pesquisa — a delimitação do tema, o levantamento de fontes, as primeiras leituras — à apresentação de seus resultados finais, sob a forma de textos acadêmicos de diversas espécies, tendo por objetivo habilitar o estudante para um desempenho proficiente na série de operações em que se resolve o trabalho intelectual.

Pois bem: convenhamos que não era pequeno o serviço que a tal metodologia científica se propunha prestar, e que efetivamente prestou durante o curto período em que se manteve nos currículos. No entanto, sem haver explicação muito clara, pelo menos com que eu consiga atinar, o fato é que o apreço pela disciplina extinguiu-se tão subitamente quanto surgiu o entusiasmo por ela, e já nos anos de 1980 se iniciou o seu refluxo e conseqüente eliminação das grades curriculares.

Acredito que, pelo menos nos cursos de letras, quanto a esse quesito de desenvoltura nos procedimentos de estudo e formatação de ensaios acadêmicos, voltamos assim ao estágio primitivo em que estávamos antes da década de 1970, quando só era possível contar com o improviso individual para obter-se um mínimo de *know how* nessas coisas. A propósito disso, posso relatar uma lembrança dos meus tempos de estudante de faculdade, um episódio ocorrido no distante ano de 1968, mas que não sei por que cargas d’água nunca me saiu da cabeça. Num intervalo de aulas, uma colega mais desinibida perguntou a toda a turma o que era e como se fazia um

fichamento, tarefa solicitada por um dos professores, que se limitara a indicar o livro objeto do trabalho e marcar a data de apresentação, sem qualquer outra explicação, dando assim a entender que todos tínhamos obrigação de saber de que se tratava. Desnecessário dizer que a pergunta da colega representou uma descompressão geral, e todos os demais alunos se sentiram então à vontade para confessar a sua total ignorância sobre o que vinha a ser um fichamento. Alguém tem dúvidas a respeito de qual seria o resultado, se hoje fizermos uma enquete sobre essa noção junto a nossos alunos?

Estou certo então de que a assim chamada metodologia científica (façamos abstração do caráter algo pomposo desse rótulo) faz falta na formação do estudioso de literatura. E como a matéria, até onde tenho observado, parece ter-se eclipsado dos currículos, o jeito é partir para um programa de autoinstrução nos seus conteúdos. Isso não é difícil, pois sua voga anterior implicou a publicação de diversos manuais destinados a subsidiar o seu ensino nas universidades. É verdade que a maioria deles é sofrível ou mesmo muito ruim, mas, sendo grande a quantidade de títulos disponíveis, sempre se podem selecionar alguns aptos a prestar uma boa ajuda ao estudante. Deve-se pois escolher uns dois ou três, e não mais do que isso, pelas mesmas razões por que sugerimos restringir a lista de manuais de redação a serem mobilizados. Feito isso, é partir para a leitura e estudo dos livros selecionados, prevenidos, porém, de que teremos pela frente uma temporada tão pouco divertida quanto aquela antes descrita, destinada a encarar os problemas de redação.

Quem se dispuser ao sacrifício, no entanto, pode ter certeza de que verá incrementada sua capacitação para o trabalho acadêmico. Sofrerá menos para planejar e redigir um ensaio, deixando no piloto automático os aspectos mecânicos do processo — subdivisões, sistema de referências, disposição de citações, etc. —, de modo que se possa concentrar melhor no plano propriamente criativo, o da elaboração conceitual. Saberá conceber e formalizar um projeto de pesquisa, evitando o erro dolorosamente comum no gênero, a contrafação do projeto em relatório conclusivo, do que são

sinais certos a extensão descomedida do texto, o tom ensaístico e evidente deslize formal constituído pela prodigalidade das citações. Ainda quanto à elaboração de projetos, alcançará condições para definir com clareza a fundamentação metodológica e a teórica, componentes, como sabemos, incontornáveis na formalização de projetos, porém usados muitas vezes de modo apenas protocolar, quando não simplesmente confuso e equivocado. Finalmente, além de assegurar-lhe considerável melhora de desempenho nos aspectos operacionais e práticos do trabalho, a aplicação séria ao estudo de metodologia conduzirá o estudioso ao que creio poder caracterizar como uma epistemologia regional.⁷ Isto é, trocando em miúdos, ele se tornará conceitualmente aparelhado para reconhecer o tríplice esteio disciplinar da área de letras — filologia, linguística e teoria da literatura —, habilitando-se para o estudo de questões que considero essenciais para a consistência de sua formação, entre as quais eu destacaria: os critérios de validade dos conhecimentos produzidos em cada uma dessas subáreas, sua relativa especificidade e seus modos de integração; a ideia reguladora constituída pelo par ciência / humanidades, tendo-se em conta a história de seu estabelecimento, as relações de tensão e intercomplementaridade entre esses polos, o papel particular das letras na constituição de cada um deles; as condições de profissionalização na área; os aspectos éticos e políticos envolvidos no trabalho de seus especialistas.

6

Verificamos assim que um ciclo de estudos de metodologia, indispensável para uma boa formação em letras, conduz necessariamente o estudioso ao limiar da filosofia, disciplina que, de resto, como ocorre em qualquer especialização universitária, especialmente na área de humanidades, ainda que em geral não integre formalmente o currículo, constitui sempre uma presença por assim dizer tutelar e difusa no processo do curso. No entanto,

⁷ Cf. Bunge, 1987 [1980], p. 16-17.

quem pretende tornar-se um pesquisador de alto nível não poderá contentar-se com os fragmentos assistemáticos de conceitos filosóficos a que terá acesso como meros subprodutos do trato com as várias matérias específicas de letras. E como em geral filosofia não consta da grade curricular de sua área, deve o candidato a especialista em estudos literários montar para uso próprio um programa de iniciação na disciplina.

Segundo o epistemólogo argentino Mário Bunge, o acesso ao universo filosófico se dá por duas vias: a da lógica e a da história da filosofia. Ainda segundo a mesma fonte, cada um deve escolher uma para começar, mas não deve descurar da outra.⁸ De minha parte, antes de ter lido essa recomendação, concebi um plano para me alfabetizar em filosofia que comportava justamente essas duas dimensões. Não me lembro por onde comecei, mas logo percebi que não teria condições de aprender lógica formal e matemática por minha própria conta, e por isso cheguei a organizar um grupo de interessados para a contratação de um curso particular da matéria. Por diversas razões, contudo, o curso não passou da primeira aula, e aí acabei abandonando a pretensão. Depois me contentaria, quanto à lógica, com sumárias noções mais ou menos afins, hauridas nas leituras sobre metodologia. História da filosofia, no entanto, posso dizer que dá para estudar por conta própria. Se vale a minha experiência, recomendo a leitura exaustiva e meditada de pelo menos uns dois tratados a respeito do assunto, assistida por um bom dicionário de termos técnicos filosóficos que, durante os estudos, convém frequentarmos com assiduidade.

Quanto à aquisição de uma base filosófica mínima, subscrevo assim integralmente o que sugere o professor argentino citado. Ressaltaria apenas que a estratégia por ele sugerida, sobre me parecer perfeitamente operacional, ao descortinar para o estudioso por assim dizer um panorama, previne contra o apego precoce a particularismos. Livramo-nos assim de certas monomanias que

⁸ Cf. Bunge, 1987 [1980], p. 239.

todos conhecemos muito bem, que tendem a isolar o estudioso em verdadeiras seitas, como, para citar alguns exemplos, a dos frankfurtianos, a dos desconstrucionistas, a dos lacanianos, a dos heideggerianos e por aí afora.

7

Voltemos agora ao pensamento de Mário de Andrade antes mencionado, segundo o qual letras só trata de gramática e história literária, o que — acrescento eu, para explicitar o que aí se insinua — implicaria uma formação beletrística, isto é, ornamental, frívola e completamente alheia à realidade da vida contemporânea. Acho que o juízo não procede, mas, seja lá como for, sempre convém resguardar-se contra essa possibilidade.

Com efeito, observando a configuração atual da nossa área, não tenho dúvidas de que estamos blindados contra esses extravios de confinamento e autossuficiência, ainda que não mediante recursos que me pareçam pertinentes. É que em geral, embora com as melhores intenções de romper com a bitola supostamente estreita da própria especialidade, apela-se hoje com espantosa frequência para uma noção que virou uma espécie de talismã. Refiro-me à ideia de interdisciplinaridade e suas variações,⁹ usadas a torto e a direito, quase sempre sem qualquer elaboração teórica que preceda suas aplicações. Resultado disso, na minha avaliação, tem sido um ecletismo fácil, um uso irresponsável de subsídios descontextualizados e catados pela rama em alguma área de conhecimento mais ou menos vizinha.

Rejeito esse procedimento, embora não seja nenhum defensor do purismo beletrístico. E julgo que um dos expedientes para evitá-lo, sem o alibi cômodo de supostas travessias de fronteiras entre disciplinas, é começar reconhecendo que as letras fazem

⁹ Pluri-, multi- e transdisciplinaridade, e até contradisciplinaridade. Devo dizer que não tenho clareza sobre o conceito que corresponde a cada um desses termos cognatos.

parte das ciências humanas. Feito isso, eu diria que o estudioso de literatura, na impossibilidade de aprofundar-se em todas essas ciências, deve selecionar uma delas para estudar-lhe detidamente os fundamentos conceituais e teóricos, se possível tendo como critério de escolha a configuração concreta de seus interesses de pesquisa. Elegerá então a história, a sociologia, a psicanálise ou a antropologia, a fim de alcançar um conhecimento mínimo básico de uma dessas disciplinas, esforço que há de render-lhe pelo menos três benefícios preciosos. Em primeiro lugar, passará assim a dispor de um termo de comparação muito útil para compreender e avaliar melhor a arquitetura conceitual das disciplinas de sua alçada mais direta, a teoria da literatura, a linguística, a filologia; em segundo lugar, terá oportunidade de ver o macro-objeto de sua eleição — a linguagem — sob novas luzes, fora portanto da percepção rotineira determinada por sua formação; por fim, satisfatoriamente familiarizado com certa disciplina afim com a sua própria, terá condições de testar a transposição dos conceitos dela para a investigação de problemas da sua área, o que viria a constituir — desconfio — uma forma comedida e responsável de cruzar fronteiras disciplinares, muito distante dos improvisos que critiquei.

8

Bem, estamos caminhando rumo à meta de nos tornarmos especialistas em estudos literários, eu não diria que com facilidade, mas com método e determinação. Já nos instruímos em línguas e consolidamos uma formação gramatical, no sentido amplo a que me referi; já dominamos a técnica de escrever com correção e desenvoltura; já estudamos metodologia, filosofia e uma ciência social. Encontramo-nos pois em condições de ingresso pleno no campo da nossa eleição.

Para começar, julgo que é possível adaptar, para acesso à literatura, a recomendação feita por Mário Bunge para se chegar à filosofia. Assim como se entra na filosofia “por via histórica ou pela

porta da Lógica”,¹⁰ diria eu que se entra na literatura ou pela história literária ou pela teoria da literatura. Essas disciplinas constituem afinal duas representações distintas do objeto literário: a primeira serve-se da forma narrativa e tende para o concreto e particular; a segunda utiliza a exposição conceitual, inclinando-se por definição para o abstrato e universal.

Na configuração atual do conhecimento acadêmico, não resta ao candidato a especialista em literatura senão dedicar-se profundamente à teoria da literatura. Aqui não há escolha possível; quando muito, poderá o estudioso situar a ênfase dos seus estudos numa ou noutra das muitas orientações em que se ramifica a disciplina, mas isso não significa escapar ao seu espaço.

O mesmo não ocorre com a história literária. Particularista e concretizante, a história literária é sempre a história de uma certa literatura específica, geralmente de uma literatura nacional. Na óbvia impossibilidade de conhecer a fundo as literaturas de todas as nações, recomenda-se que o estudioso privilegie uma para campo de seus estudos. Isso não significa, de modo algum, que ele possa permitir-se total ignorância de culturas literárias distintas daquela da sua escolha. Como as várias literaturas nacionais apresentam inúmeros pontos de contato, embora o especialista via de regra se mantenha mais especificamente atento ao universo literário de uma língua ou país, não poderá deixar de interessar-se por autores e obras integrantes de diversas literaturas, até porque precisará desses conhecimentos para acompanhar a reflexão abstratizante e universalista própria à outra disciplina nuclear do seu campo, a teoria da literatura.

9

Agora, para concluir, gostaria de apresentar um pequeno rol de observações avulsas. Vamos a elas:

¹⁰ Bunge, 1987 [1980], p. 239.

1ª – Por muito tempo a pesquisa em literatura foi exercida como uma atividade subsidiária ou diletante. Hoje corresponde a uma profissão, e essa virada, como quase todas as mudanças sociais, apresenta os inevitáveis prós e contras. Não acho que devemos ter saudades dos bons tempos do amadorismo, “que os anos não trazem mais”, porém tampouco convém embarcar sem resistência no atual produtivismo que nos assola. Positivamente, não é bom nem para a nossa saúde, nem para a dilatação das fronteiras do conhecimento escrever não sei quantos ensaios por ano, orientar um grande contingente de alunos, participar de um sem-número de bancas, inscrever-se em todos os congressos que aparecem. Afinal, precisamos de vagares para estudar, para amadurecer as ideias, para ler bem e muito, e nada disso é possível deixando que a necessidade de produção a qualquer custo constitua o horizonte absoluto de nossos empenhos de trabalho.

2ª – Não é possível ser sempre pesquisador em tempo integral. Como o nosso trabalho hoje depende quase inteiramente de condições institucionais para viabilizar-se, precisamos também colaborar nas atividades administrativas, mesmo sabendo que, levada a sério, essa colaboração implicará inevitável prejuízo para os nossos estudos individuais. Se, contudo, não quisermos mudar de profissão — isto é, se pretendemos continuar dedicados à pesquisa —, devemos resistir a nos perpetuar num cargo, ou a transitar continuamente de um para outro. Nesse caso, participar da administração há de ser tão somente uma espécie de serviço militar obrigatório, que se presta com a devida dedicação, mas sempre pensando em dar baixa.

3ª – A vida universitária também está sujeita à moda. É preciso não ignorar as novidades — publicações, correntes teóricas, temas e problemas emergentes —, mas também não se deve aderir automática e acriticamente a elas. Acho sintoma de complacência reprovável o trânsito ligeiro de uma hegemonia acadêmica para outra, como é o caso, por exemplo, de muitos estruturalistas de ontem que hoje se apresentam como entusiastas do culturalismo.¹¹

¹¹ Devo o exemplo a uma observação que ouvi do professor Murilo Marcondes de Moura, meu colega da USP.

4ª – Quanto a congressos e similares, sejamos drasticamente seletivos. Esses encontros se banalizaram, viraram uma rotina inconsequente, eventos sociais que pouco ou nada correspondem às nossas demandas de aperfeiçoamento acadêmico. Do jeito que andam as coisas nesse quesito, não tenho dúvidas de que em geral mais vale ficar em casa lendo bons livros do que viajar para um congresso.

5ª – Podemos nos dedicar aos mais diversos temas dentro de nossas especialidades, a um autor, a certa obra, a um problema de interesse muito restrito e específico. Não devemos, contudo, renunciar à construção de uma ideia nítida da nossa disciplina, entendendo por isso um conhecimento onde confluam a história de sua constituição e os seus conceitos de base. Se, por exemplo, sou professor de literatura brasileira, seria inadmissível que, além da familiaridade com a produção dos escritores individualmente considerada, eu não revelasse sintonia e intimidade com certo conjunto de questões genéricas: Quais são as origens e fundamentos da noção de literatura nacional? Sob que condições se desenhou um *corpus* de autores e obras que veio a chamar-se literatura brasileira? Quando e como a minha disciplina se tornou matéria de ensino? Que traços eventuais definem a fisionomia da literatura do Brasil, no confronto com outras literaturas nacionais? De que materiais pode-se dispor para o desenvolvimento de um programa de estudos da literatura brasileira?

10

Eis então, de corpo inteiro, o pesquisador do campo dos estudos literários como o imagino. Permito-me repetir: conhece a fundo teoria da literatura; domina a história literária de uma nação ou de certa comunidade linguística; estudou detidamente as bases conceituais e teóricas de uma ciência social: história, sociologia, psicanálise ou antropologia; dedicou-se a estudos sistemáticos de filosofia; instruiu-se em metodologia, atento tanto aos aspectos operacionais e práticos do processo da pesquisa e da apresentação de

seus resultados quanto à reflexão sobre os seus fundamentos; sabe escrever; dispõe de uma boa formação geral em letras: aprendeu línguas, depurou essa experiência estudando linguística, filologia e teoria da literatura, e assim desenvolveu uma aguda consciência da linguagem, muito especialmente de suas manifestações sob a forma da escrita. No mais, tem uma ideia clara da sua disciplina, não morre de amores por congressos, acolhe o novo com interesse crítico, serve à sua instituição e resiste ao produtivismo neoliberal, e assim procura ir vivendo e ser feliz.

REFERÊNCIAS

BUNGE, Mário. *Epistemologia*; curso de atualização. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987 [1980].

MEDAWAR, P. B. *Conselho a um jovem cientista*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982 [1979].

P. S.

1

Tendo tido a oportunidade de apresentar nossa proposta de “itinerário” a diversos auditórios — Universidade Estadual de Montes Claros, Universidades Federais de Sergipe, de Mato Grosso do Sul, do Pará, de Uberlândia, de Ouro Preto, Universidade Estadual de Londrina —, como fruto dos debates que suscitou obtive alguns retornos que me pareceram importantes. Gostaria de destacar e comentar dois deles.

O primeiro na verdade constituiu um reparo, uma restrição à linha argumentativa que escolhi. Em síntese, segundo essa restrição, o ponto vulnerável das ideias que expus estaria na minha atenção exclusiva ao indivíduo, à pessoa do pesquisador em formação,

pressupondo pois que tudo dependeria dele no empenho pela conquista de um saber especializado, que atingisse altos padrões de proficiência em extensão e profundidade. Eu estaria indevidamente abstraído, por conseguinte, as condições ambientais do processo seus condicionamentos sociais, culturais, institucionais. Estaria admitindo, então, uma possibilidade desprovida de senso do real desde que alguém tivesse garra e determinação, e se dispusesse seguir por caminhos semelhantes aos que aponte, chegaria lá, mediante um esforço inteiramente solitário e pessoal, mesmo que, por exemplo, tivesse cursado maus colégios, frequentado universidades ruins, submetendo-se, enfim, a condições objetivas pouco ou nada favoráveis ao seu desenvolvimento intelectual.

Bem, não tenho como rebater essa restrição: de fato, imaginei isso, o indivíduo, na solidão do seu trabalho, no seu singularíssimo corpo a corpo com os estudos. No entanto, é claro que contam — e muito — as circunstâncias sociais, sobretudo a mais óbvia de todas elas, no caso que ora nos ocupa, e que vem a ser a educação formal. Me permitam então acrescentar este remendo à minha fala, tocando, ainda que rapidamente, no problema constituído pelos diversos níveis de ensino por que necessariamente há de passar o candidato a especialista em estudos literários.

Para começar, ante a impertinência de esboçar aqui uma crítica à nossa escola fundamental e média — muito ruim, como sabemos, e por razões que talvez nos sejam bem conhecidas —, venhamos direto ao problema da graduação em letras. Entro no assunto reproduzindo uma nota de rodapé do meu texto: “Pode parecer que vai aqui [...] uma espécie de ode às faculdades de letras, o que seria altamente reprovável, quer pela ingenuidade do juízo, quer por sua motivação corporativa. Apresso-me pois a desfazer a possível impressão: refiro-me ao modelo institucional ‘faculdade de letras’, não a suas precárias realizações País afora, cheias de carências de toda ordem.” Acho que isso é suficiente para deixar clara a avaliação negativa que faço do estado atual dos nossos cursos de graduação em letras. No momento, entre outras insuficiências,

acredito que ainda não processamos bem a reformulação legislativa constituída pela substituição do chamado “currículo mínimo” pelos “diretrizes curriculares”, o que é grave, pois, se não me falha a estimativa, há bem uns 10 anos encontramos-nos sob o regime novo. Não me consta, assim, que estejamos explorando devidamente as novas virtualidades para a estruturação dos cursos de graduação. Até onde vejo, as nossas instituições universitárias, sem estudar em profundidade o que determina a legislação, vêm-se limitando a reformas curriculares apressadas e confusas, e com isso nem entramos numa nova concepção, nem saímos da antiga. Ignoramos completamente, por exemplo, as distinções que poderiam ser feitas entre bacharelado e licenciatura, quer dizer, não exploramos a possibilidade de oferecer aos alunos, além da tradicional formação para o magistério, outras alternativas de profissionalização universitária em letras.

Quanto à licenciatura especificamente, há muito vem ocorrendo o que me parece comprometedor distorção: cresce descomedidamente a carga horária destinada à formação pedagógica, à proporção que as disciplinas de conteúdo — simplificando, língua e literatura — vêm tendo bastante reduzido o seu espaço no conjunto dos currículos. Para se ter uma ideia disso, faço uma conta ligeira: tradicionalmente, enquanto vigorou o regime dos currículos mínimos, a licenciatura em letras estava obrigada a um mínimo de 2.200 horas, geralmente assim divididas: 300 horas de disciplinas pedagógicas, 1.900 de letras, isto é: o módulo pedagógico do curso ocupava cerca de 15% do seu total; hoje, absorve em torno de 50%. Ou seja: inflação da pedagogia, encolhimento drástico dos conteúdos específicos de letras. Assim nos encontramos, creio eu, se for adequado este diagnóstico sumário: bacharelado sem fisionomia definida, nem propósitos profissionalizantes viáveis e claros; licenciatura reduzida a um treinamento técnico para o ensino, sacrificado o módulo constituído pelas disciplinas linguísticas e literárias. A graduação, pois, no meu entendimento, não deve ser objeto de simples reformas: precisa ser profundamente reconcebida.

Nesse quadro, a pós-graduação tende a virar uma espécie de supletivo da graduação, limitando-se a compensar-lhe as evidentes insuficiências. Isso me parece já ocorrer claramente no mestrado, cuja duração de 24 meses, por sinal, pode funcionar para a área das ciências exatas e da natureza, mas não se mostra conforme à natureza das humanidades, que — acredito — não podem prescindir de erudição, e por conseguinte de um ritmo mais lento, que de fato viabilize a amplitude das leituras, com a devida reserva de tempo para sua indispensável assimilação crítica. Praticamente, assim, se confinam no doutorado os estudos em nível de pós-graduação propriamente ditos. Sobre o formato que se vem impondo no doutorado, por seu turno, muito teríamos a dizer, no sentido de apontar desvios e propor modelos alternativos. No entanto, isso nos levaria longe demais para a limitação dos nossos propósitos de momento, e por isso melhor ficar por aqui.

Ou melhor: toquemos pelo menos num ponto que a meu ver requer reformulação imediata. Acho que o formato acadêmico dos nossos doutorados em geral não contempla um espaço em que o pós-graduando possa dedicar-se à pesquisa profunda e sistemática das grandes questões gerais da sua especialidade. Senão, vejamos: o aluno é admitido no programa mediante a aprovação de um projeto de pesquisa, que, como tal, se cinge a um problema pontual da área; ao longo do curso, segue estudando o seu problema, e costuma ser instruído, por orientadores e coordenações, a inscrever-se em disciplinas o mais possível ligadas ao seu projeto de pesquisa, de tal modo que, no limite do ideal, cada monografia de fim de semestre possa vir a ser pelo menos a primeira versão de um capítulo da tese em preparo; e, por fim, a título de exame de qualificação, não faz senão chover no molhado: apresenta, via de regra, como material a ser avaliado, uma parte da tese, isto é, não se afasta um milímetro do conjunto de questões que escolheu estudar desde antes do acesso ao curso. Ora, o resultado, na melhor das hipóteses, será a formação de um ultraespecialista inteiramente alheio ao sistema de conceitos geral da sua área.

Concluo então, voltando ao ponto de partida deste primeiro p. s.: acho que procede sim a arguição de que, na minha exposição, passei ao largo das condições mais objetivas do processo de formação do pesquisador. Assim, aceito sem réplicas a crítica; no entanto, acredito que, para um equacionamento integral da questão, não podemos ignorar o que se passa na vida concreta do indivíduo estudioso, e assim reivindico legitimidade também para a via que escolhi.

2

Quanto ao segundo retorno obtido que fiquei de comentar, não se formalizou ele por meio de um questionamento explícito. Eu diria, contudo, que, se não me falha a sensibilidade, pude como que apreendê-lo no ar: entre os alunos, toda vez que eu terminava a minha exposição, me parecia baixar um clima de desânimo, pois o caminho de formação sugerido se apresentaria cheio de exigências à primeira vista inalcançáveis.

Não gostaria, no entanto, que minhas proposições fossem interpretadas como um modelo ideal inacessível, ou acessível somente a indivíduos excepcionais, porque efetivamente não se trata disso. Tampouco acho que devo desfazer a possível má impressão pela via de uma motivação enganosa, na linha de certa pedagogia muito *up to date*, que procura convencer os estudantes de que é possível aprender com a mesma facilidade com que se respira. Assim, se tivesse que figurar a trajetória que proponho, não a representaria nem como uma corrida de obstáculos superável apenas por superdotados de alto desempenho, nem como um passeio de delícias e amenidades, que tudo oferecesse e nada exigisse. Penso antes no normal da vida: a gente vai indo, não propriamente achando que um dia afinal chegamos à perfeição, mas no pressuposto de que haverá sempre o que aperfeiçoar. Dizendo de outro modo, vamos indo, não correndo atrás de um fim, mas norteados por um horizonte, e no pressuposto de que humildade e determinação, sem ser meros *slogans* de efeito, sejam de fato valores a nos orientar.